

Palavra Final

POR QUE OS LIVROS EM BRAILLE SÃO NECESSÁRIOS?

*Regina Fátima Caldeira de Oliveira
colaboração de Jonir Bechara Cerqueira*

Desde a pré-História, o homem já fazia o registro de suas manifestações espirituais e artísticas por meio de desenhos feitos nas paredes das cavernas.

Há cerca de 5 mil anos, a linguagem oral passou a ser representada por caracteres gráficos adaptados por diferentes civilizações.

A partir de então, a Filosofia, as Letras, as Ciências e as Artes passaram a ser reveladas por meio de textos escritos, permitindo à espécie humana preservar o seu passado e contribuir com o seu futuro.

Para as pessoas cegas, porém, a História só teve verdadeiramente início em 1825, quando o jovem Louis Braille desenvolveu um sistema de escrita e leitura em relevo baseado em um código criado pelo capitão Charles Barbier de la Serre para permitir a comunicação noturna entre os soldados do exército francês.

Louis Braille, nascido em 1809 em Coupvray, nas proximidades de Paris, havia perdido a visão aos três anos de idade em razão de um acidente na oficina de seleiro de seu pai. Sua mente metódica e brilhante levou-o a desenvolver um sistema que permitiria às pessoas cegas representar não apenas o alfabeto, mas também os símbolos científicos e musicográficos.

Cento e oitenta anos são passados e o Sistema Braille, adotado mundialmente, continua atendendo às necessidades de representação gráfica das pessoas cegas, adaptando-se, inclusive, à Informática, à Fonética e à Estenografia.

A sensibilidade do imperador D. Pedro II fez do Brasil o pioneiro na implantação do Sistema Braille na América Latina. O primeiro livro estrangeiro publicado pelo Instituto dos Jovens Cegos de Paris foi uma gramática da Língua Portuguesa.

O jovem José Álvares de Azevedo, que havia perdido a visão na infância, ao regressar de Paris, onde aprendera o Sistema Braille, convenceu o imperador da importância da criação de uma escola para cegos no Brasil. No dia 17 de setembro de 1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constant. Infelizmente, o jovem José Álvares de Azevedo não pôde ver o seu sonho concretizado, pois faleceu exatamente seis meses antes da fundação da escola.

Apesar de suas incontáveis vantagens, o Sistema Braille levou muitos anos para ser totalmente aceito. De 1860 a 1880 foi introduzido em toda a Europa, mas a sua introdução em outras regiões foi bastante demorada e difícil.

Na América do Norte, foi introduzido em 1860, mas houve muita relutância em aceitá-lo. Somente em 1918, depois de 15 anos de trabalho de um comitê especial, foi aceito o Braille original, unificado com a Europa.

Na Ásia, as primeiras tentativas de adaptação do sistema às línguas não-européias tiveram início entre 1870 e 1880, mas o mérito da sua aceitação naquele continente, na África e em outros lugares distantes coube aos missionários europeus e americanos, que lá fundaram as primeiras escolas para cegos.

Na década de 1950, teve início um movimento, liderado pela UNESCO, no sentido de unificar o Sistema Braille por grupos lingüísticos e o Brasil sempre participou ativamente das comissões que trataram do assunto.

A produção de textos em braille, no Brasil, iniciou-se ainda no século XIX, no Instituto Benjamin Constant, que, atualmente, conta com uma moderna imprensa, que, além de obras literárias e didáticas, produz duas revistas em braille: "Pontinhos" e "Revista Brasileira para Cegos", que são distribuídas gratuitamente.

No dia 11 de março de 1946, a jovem cega Dorina de Gouvêa, juntamente com um grupo de amigas, deu início às atividades da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje, Fundação Dorina Nowill para Cegos, cuja também moderna imprensa braille produz obras didáticas, literárias e musicográficas, que são enviadas para bibliotecas, escolas especializadas e pessoas cegas de todo o País.

Em 1998, o Governo Federal iniciou a implantação do "Projeto CAP", que consistiu na criação de Centros de Apoio Pedagógico destinados principalmente a aumentar a oferta de textos didáticos para alunos cegos e/ou com baixa visão das diferentes regiões do Brasil.

No dia 26 de fevereiro de 1999, por meio de uma portaria do Ministério da Educação, foi criada a Comissão Brasileira do Braille, responsável por todas as ações relacionadas ao uso e à aplicação do Sistema Braille no País. A CBB desenvolveu um trabalho conjunto com a Comissão de Braille de Portugal, trabalho esse que resultou na publicação de diversos documentos, que, além de garantir a unificação dos códigos utilizados pelos Países de Língua Oficial Portuguesa, têm permitido a melhoria da qualidade dos textos produzidos para as pessoas cegas.

A partir de 2000, as obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destinadas a alunos do Ensino Fundamental, passaram também a ser produzidas em braille.

O fato de a escrita braille ocupar um espaço grande (cada página da escrita comum corresponde a aproximadamente três páginas em braille) e o fato de a sua impressão ser mais onerosa, pois além de precisar ser feita por profissionais especializados, necessita ser feita em papel de gramatura mais elevada, não permitem que todas as obras produzidas pelo mercado editorial sejam produzidas em braille.

Felizmente, as novas tecnologias possibilitam que essa carência seja suprida pelo livro falado (obras gravadas em cassetes ou em CDs) e por textos digitalizados, que podem ser ouvidos em computadores que disponham de sintetizadores de voz.

Entretanto, a tecnologia não deve ser vista como um substituto do Sistema Braille, mas como um complemento a ele. A verdadeira educação das crianças cegas só acontece quando elas podem dispor de livros em braille que contenham a representação dos símbolos de Matemática, Química, Física e outras ciências, a adaptação, em relevo, de tabelas, gráficos, mapas, figuras geométricas e outras ilustrações que lhes forneçam as mesmas informações oferecidas aos alunos videntes, além de lhes propiciar a oportunidade de fixar a ortografia da Língua Portuguesa e de outros idiomas.

Os textos escritos estão constantemente presentes na vida das pessoas que enxergam, por meio de outdoors, manchetes que podem ser lidas nas bancas de jornais e revistas, legendas de filmes e de programas de televisão, e em outras situações do cotidiano. Já as pessoas cegas lêem apenas os textos em braille que lhes chegam às mãos.

Mesmo diante de um computador, as pessoas que enxergam continuam a ter um contato direto com a linguagem escrita, enquanto as pessoas cegas apenas ouvem.

Devemos também considerar que, para aqueles que gostam de ler, nada substitui o prazer de ter um livro entre as mãos, sentindo-lhe o cheiro, virando-lhe as páginas em busca de novas revelações ou voltando-as para reviver as sensações agradáveis do que já foi descoberto.

O grande poeta Homero dizia que "o livro é o alimento da mocidade e o conforto da velhice"; o poeta Austin Dobson afirmava que "todo aquele que intentar aprender sem livros, estará carregando água em cântaro partido"; Bill Gates declarou que os livros seriam o melhor presente que ele poderia oferecer a seus filhos; e Helen Keller repetia que Louis Braille representava para as pessoas cegas o mesmo que Gutenberg representava para as pessoas videntes.

Portanto, até que as afirmações de pessoas tão ilustres possam ser plenamente contestadas, os livros impressos, em tinta ou em braille, continuarão sendo indispensáveis.

Regina Fátima Caldeira de Oliveira e Jonir Bechara Cerqueira são membros da Consultoria Técnica da Comissão Brasileira do Braille do Ministério da Educação.